

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 Contexto operacional

A PBG S.A, também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, e aditado em 18 de fevereiro de 2019, e que detém, em 31 de dezembro de 2019, 54% das ações da Companhia. Os 46% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, e suas controladas diretas e indiretas, individualmente ou em conjunto tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior. A Companhia possui uma fábrica na planta de Tijucas e em Alagoas, além dos centros de distribuições.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, com uma rede de lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos; (ii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra quinze lojas; (iii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iv) Companhia Brasileira de Cerâmica, que desde do segundo trimestre de 2018 opera a fábrica de cortes especiais no Sudeste e (v) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano e gradativamente retomou as operações a partir do segundo semestre de 2018, e no ano de 2019 foi constituída a (vi) Portobello America Manufacturing, LLC, uma subsidiária da Portobello America e sua criação com o intuito da construção da fábrica nos EUA.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 03.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), ativos biológicos, propriedades para investimentos, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras individual e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB))¹. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2020.

b) Novas normas, alterações ou interpretação de IFRS emitidas pelo IASB

IFRS 16 / CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia aplicou inicialmente o IFRS 16 / CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, e em decorrência dessa adoção reconheceu novos ativos e passivos para seus arrendamentos mercantis das lojas e Centro de Distribuição.

A nova política contábil aplicável introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, onde no início do contrato a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de pagamentos, para o qual é necessário avaliar se:

- (i) O contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado;
- (ii) A Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato;
- (iii) A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. Significa que a Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado ou

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental.

O Grupo adotou o IFRS 16/CPC 6 (R2) de forma retrospectiva cumulativa, a partir de 1º de janeiro de 2019, e, portanto, não reapresentou as informações comparativas de 2018.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança:

- (i) Nos pagamentos futuros decorrente de uma mudança no índice ou taxa;
- (ii) Na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou
- (iii) Mudanças na avaliação se a Companhia de que exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Os impactos da adoção IFRS 16 / CPC 06 (R2) estão demonstrados abaixo:

Impacto no Balanço Patrimonial Consolidado:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2018	IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ref.	01/01/2019	31/12/2018	IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ref.	01/01/2019
Ativo								
Circulante	544.985			544.985	563.867			563.867
Não circulante	1.128.191	10.376	(a)	1.138.567	1.058.288	23.718	(a)	1.082.006
Total do Ativo	1.673.176	10.376		1.683.552	1.622.155	23.718		1.645.873
Passivo								
Circulante	382.598	2.927	(b)	385.525	404.068	7.350	(b)	411.418
Não circulante	928.470	7.449	(b)	935.919	855.967	16.368	(b)	872.335
Patrimônio Líquido	362.108			362.108	362.120			362.120
Total do Passivo	1.673.176	10.376		1.683.552	1.622.155	23.718		1.645.873

(a). Refere-se ao reconhecimento de ativo de direito de uso dos contratos de alugueis definidos como arrendamento mercantil de acordo com IFRS 16 / CPC 06 (R2). Nota explicativa 20.

(b). Refere-se ao reconhecimento do passivo dos contratos de alugueis definidos como arrendamento mercantil de acordo com IFRS 16 / CPC 06 (R2). Nota explicativa 20.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

ICPC 22 / IFRIC 23: Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação ICPC 22/IFRIC 23 aprovada em 07/12/2018 entrou em vigência no dia 1º de janeiro de 2019. A interpretação descreve a aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, requerendo que a entidade divulgue:

- (i) Julgamentos feitos ao determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais;
- (ii) Informações sobre as premissas feitas ao determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Consolidações

3.1.1 Demonstrações Financeiras consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

Segue o percentual de participação da Companhia nas empresas controladas em 31 de dezembro de 2019:

	País de constituição	Participação direta	Participação Indireta
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	0,00%
Portobello America Manufacturing	Estados Unidos	0,00%	100,00%
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	0,00%
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	0,00%
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	0,00%
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	0,00%

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações em não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

3.1.2 Demonstrações Financeiras individuais

Nas Demonstrações Financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma, não há reconhecimento de receita de dividendos.

3.2 Apresentações de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

3.3 Conversão de moeda estrangeira

a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, conforme descrito na nota explicativa nº 34.

b) Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

3.4 Ativos Financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, e outras contas a receber.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados de acordo com o modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros, conforme segue:

(i) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo, mantidos dentro do modelo de negócios, cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, e nas situações em que os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

(ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Representam ativos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais quanto a venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

(iii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Representam os demais ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(iv) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa;
- A Companhia e suas controladas transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia e suas controladas cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

(v) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia adotou o método da perda esperada e a mensuração com base em toda a vida dos ativos financeiros. É utilizada a abordagem simplificada para os grupos de ativos financeiros, que considera a análise do crédito, o histórico de movimentações e perdas. Indicadores externos não foram considerados pois são capturados no período de avaliação de perda histórica.

O valor de perda é mensurado com base na expectativa de não recebimento da carteira, que é obtida através dos valores de perda histórica por faixa de atraso desde o reconhecimento inicial do recebível. A média de perda histórica de seis meses é aplicada conforme comportamento histórico recente, e assim atribui-se um percentual de risco de crédito. O percentual de risco de crédito é aplicado a cada faixa de vencimento sob o valor total dos contratos. O produto entre os percentuais de perda esperada e os montantes de faixa de vencimento resultam no montante de perda esperada que é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

3.5 Passivos financeiros

(i) Reconhecimento Inicial e Mensuração

Passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado para a

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

emissão de títulos e dívidas. Esses custos são apropriados ao resultado do período do financiamento, como complemento do custo de captação, ajustando assim a taxa de juros efetiva da operação. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, fornecedores cessão de crédito, contas a pagar por aquisição de investimento e empréstimos e financiamentos.

(ii) Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iii) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos de swaps de juros para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo (valor de mercado) em cada data de divulgação de balanço. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados, e conforme as características atreladas deste contrato, a companhia apresenta de forma líquida esse contrato de derivativo com o da operação original.

3.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

3.7 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante.

3.8 Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que se encontra atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa.

3.9 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional conforme o resultado apurado. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica “Provisão para perdas em investimentos” e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica “Resultado da equivalência patrimonial”. Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa nº 17).

3.10 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxa de depreciação (nota explicativa nº 18).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

3.11 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares, direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização ou exaustão acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização ou exaustão, mencionadas na nota explicativa nº 19, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil definida para o ativo.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

3.12 *Impairment* de ativos não financeiros, (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)

Os ativos que estão sujeitos à depreciação, amortização e exaustão são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

São classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

3.15 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo em função de atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

Os riscos fiscais classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras, e os classificados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos fiscais não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

3.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.17 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação é realizado mensalmente no passivo circulante, sob a rubrica “Outros” e na demonstração do resultado sob a rubrica “Outras despesas operacionais”. Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçados e está limitado a até 20% do lucro líquido antes das despesas com participação nos resultados.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Incentivo de longo prazo

A Companhia opera um plano de incentivos de longo prazo, segundo os quais a Companhia recebe serviços dos empregados e oferece como contraprestação pagamentos em dinheiro. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca de caixa, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido como obrigação é determinado anualmente considerando os principais aspectos: o crescimento do EBITDA e uma relação do EBITDA com a dívida líquida da Companhia (nota explicativa nº 29). O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas com base nas condições de aquisição de direitos e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no passivo.

3.18 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa nº30.

3.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio transita pela demonstração de resultado.

3.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida quando o controle é transferido, ou seja, no momento da entrega física dos bens ou serviços e transferência de propriedade. Após a entrega os clientes assumem os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens (tem o poder para decidir sobre o método de distribuição e o preço de venda, responsabilidade pela revenda e assume os riscos de obsolescência e perda com relação às mercadorias). Nesse momento é reconhecido um recebível pois é quando o direito à contraprestação se torna incondicional.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre quando a Companhia transfere o controle ou seja, efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista;

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b) Receita de royalties

A receita de royalties dos franqueados é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

3.21 Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a pagar a fornecedores, variação cambial de empréstimos e financiamentos, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.22 Novas normas, alterações ou interpretação de IFRS emitidas pelo IASB

a) IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

Em 2019, a Companhia aplicou emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram em vigor para períodos contábeis a partir de 1º de janeiro de 2019. As principais alterações da Companhia são:

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16, por meio do CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Dos contratos que abrange o escopo da norma, a Administração da Companhia considerou como componente do arrendamento dos veículos, dos CD's e das lojas.

b) ICPC 22/IFRIC 23: Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia revisou os tratamentos dados aos impostos incidentes sobre o lucro e a contribuição social, com o objetivo de determinar o impacto nas demonstrações contábeis da controladora e consolidado, conforme determina o IFRIC 23/ICPC 22- Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro.

A Companhia reconhece saldos na rubrica do Imposto de renda e contribuição social (IR/CSLL) diferidos em 31 de dezembro de 2019, em decorrência do reconhecimento da ação judicial intitulado como “Polo Ativo” que discute judicialmente a não tributação desta receita. Os valores em 2019 são R\$ 53.118 que estão reconhecidos como provisão de contingência IR e CSLL e R\$ 4.913 como diferenças temporárias ativas.

A operação da venda intitulado como “Polo Ativo”, gerou um deságio financeiro de R\$ 9.008 mil, o entendimento da companhia para com o tratamento tributário é de ser uma despesa dedutível do exercício corrente para fins de IRPJ/CSLL (R\$ 3.063 mil). Para fins de PIS/COFINS não é uma despesa que geradora de crédito. . Essa classificação foi realizada em consonância ao esclarecimento do IFRS Interpretation Committee, que esclarece as posições incertas sobre impostos incidentes ao lucro fazem parte das mensurações de impostos sobre o lucro corrente ou diferido.

c) Normas vigentes a partir de 1º janeiro de 2020

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para períodos anuais a partir de janeiro de 2020. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Seguem elas:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicáveis a períodos anuais com início em ou após</u>
Emendas do CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8 Definição de Materialidade	As emendas do CPC 26/IAS 1 e do CPC 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. Estas emendas entrarão em vigência em 1º de janeiro de 2020. A Administração entende que não trarão impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, pois aplica a orientação técnica OCPC 7 e com isso divulgando somente informações relevantes.	01.01.2020

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

IFRS 17 Contratos de seguro. CPC 50.	Esta norma entrará em vigência a partir de 1º de janeiro de 2021 e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguros que mantém requisitos das regras locais vigentes. O CPC 50 fornecerá um modelo global e abrangente para a contabilidade dos contratos de seguros em linha com a padronização internacional das normas contábeis. A Administração entende que a adoção desta norma não trará impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.	01.01.2021
--------------------------------------	--	------------

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

4.1 Estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando os valores dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

e) Tratamento fiscais incertos e contingências relacionadas

A companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido ((IRPJ/CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que as posições fiscais adotadas em discussão serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite superior a 50%). Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. Caso tais tratamentos fiscais não sejam aceitos pelas referidas autoridades fiscais.

f) Taxa Incremental sobre empréstimo do arrendatário

A Companhia não teve condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares

g) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 28.

4.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que se encontra atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa.

b) Créditos com outras pessoas ligadas com garantias

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União conforme descrito na nota explicativa nº 11.

c) Parcelamento Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos conforme descrito na nota explicativa nº 24.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon). A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

d) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina, conforme descrito na nota explicativa nº22. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas Demonstrações Financeiras.

No estado de Alagoas, a Companhia possui incentivo fiscal denominado PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Integrado. Os benefícios fiscais do PRODESIN consistem em diferimento do ICMS incidente sobre os bens adquiridos no país e no exterior destinados ao ativo fixo; diferimento do ICMS incidente sobre a matéria-prima adquirida no país ou no exterior; crédito presumido de 50% (cinquenta por cento) do ICMS relativo aos produtos da filial localizada no estado; diferimento para 360 (trezentos e

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

sessenta) dias do ICMS a ser recolhido; financiamento de parte do ICMS devido ao estado em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais com carência de 24 (vinte e quatro) meses para o pagamento da primeira parcela.

e) Auto de infração

Em 2014 e 2016, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. A Companhia apresentou defesa e encontra-se aguardando o julgamento da referida impugnação, conforme detalhado na nota explicativa nº 24.

f) Ativos fiscais

As estimativas e as premissas contábeis nos ativos fiscais na Companhia são relevantes e as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 15 – Ativos tributários
- Nota explicativa 16 – Ativo contingente

g) Determinação do prazo de arrendamento

Ao Determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de galpões, lojas de varejo e equipamentos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a interrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: riscos de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria financeira identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa	Contratos futuros a termo
	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	<i>Swaps</i> de taxa de juros
Risco de mercado - volatilidade no preço das ações	Investimentos em valores mobiliários	Análise de sensibilidade	Diversificação da carteira
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
			Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado

i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia apresenta a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Contas a receber	55.350	51.214	62.464	51.214
Conta corrente	241	5.470	241	5.470
Créditos com controladas	90.338	84.255	-	-
Ativos expostos	145.929	140.939	62.705	56.684
Provisão para perdas em investimentos	(57.643)	(74.534)	-	-
Fornecedores, comissões, líquido de adiantamentos	(18.539)	(6.896)	(18.539)	(6.896)
Fornecedores de investimento	(16.976)	(8.793)	(16.976)	(8.793)
Empréstimos e financiamentos	(51.813)	(59.134)	(51.813)	(59.134)
(-) Operação Swap	16.433	23.706	16.433	23.706
Passivos expostos	(128.538)	(125.651)	(70.895)	(51.117)
Exposição líquida	17.391	15.288	(8.190)	5.567

	Em Euro				Em Dólar			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Contas a receber	283	338	283	338	13.373	12.811	15.138	12.811
Conta corrente	-	-	-	-	60	1.412	60	1.412
Créditos com controladas	-	-	-	-	22.413	21.744	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	-	(14.301)	(18.770)	-	-
Fornecedores, comissões, líquido de adiantamentos	(3.024)	(1.592)	(3.024)	(1.592)	(1.209)	(2.268)	(1.209)	(2.268)
Fornecedores de investimento	(3.475)	(1.140)	(3.475)	(1.140)	(305)	-	(305)	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(8.778)	(9.148)	(8.778)	(9.148)
	(6.216)	(2.394)	(6.216)	(2.394)	11.253	5.781	4.906	2.807

A Companhia mantém a estratégia de conservar a exposição cambial passiva no montante equivalente até um ano de suas exportações.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em fundos de investimentos, conforme nota explicativa nº 6.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantêm rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

	Controladora								
	31 de dezembro de 2019					31 de dezembro de 2018			
	* Empréstimos e debêntures	Passivo de Arrendamento	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	Total	* Empréstimos e debêntures	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	Total
Menos de um ano	231.984	4.554	193.211	11.455	441.204	101.721	157.956	10.718	270.395
Entre um e dois anos	357.412	3.226	124.754	22.584	507.976	306.842	101.268	21.918	430.028
Entre dois e cinco anos	159.998	4.045	-	20.933	184.976	182.125	-	31.294	213.419
Acima de cinco anos	5.639	-	-	-	5.639	3.657	-	-	3.657
	755.033	11.825	317.965	54.972	1.139.795	594.345	259.224	63.930	917.499

*A diferença entre o total de empréstimos e debêntures apresentadas nessa tabela e o balanço decorre do AVP do Prodec.

	Consolidado								
	31 de dezembro de 2019					31 de dezembro de 2018			
	* Empréstimos e debêntures	Passivo de Arrendamento	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	Total	* Empréstimos e debêntures	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	Total
Menos de um ano	231.984	14.465	205.395	11.765	463.609	101.721	170.830	10.793	283.344
Entre um e dois anos	357.412	7.328	124.754	22.880	512.374	308.134	101.268	22.068	431.470
Entre dois e cinco anos	159.998	3.273	-	20.933	184.204	182.125	-	31.506	213.631
Acima de cinco anos	6.982	-	-	-	6.982	3.657	-	-	3.657
	756.376	25.066	330.149	55.578	1.167.169	595.637	272.098	64.367	932.102

* A diferença entre o total de empréstimos e debêntures apresentadas nessa tabela e o balanço decorre do AVP do Prodec.

d) Análise de sensibilidade

i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetadas pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e Selic.

Em 31 de dezembro de 2019 a administração considerou como cenário provável a alta da taxa CDI para 5,95% e da Selic para 4,90%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Consolidado em Reais								
	31 de dezembro de 2019	Risco	Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Empréstimos - Capital de Giro	(1.343)	Alta CDI	5,95%	(80)	7,44%	(100)	8,93%	(120)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(249.142)	Alta CDI	5,95%	(14.824)	7,44%	(18.536)	8,93%	(22.248)
Debêntures	(296.743)	Alta CDI	5,95%	(17.656)	7,44%	22.078	8,93%	(26.499)
	<u>(547.228)</u>			<u>(32.560)</u>		<u>3.442</u>		<u>(48.867)</u>
Parcelamento de obrigações tributárias	55.580	Alta Selic	4,90%	2.723	6,13%	3.407	7,35%	4.085

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2019 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas informações trimestrais. A taxa provável foi então agravada em 25%,50%,-25%, -50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

Consolidado em Reais											
	31 de dezembro de 2019	Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*		Possível (-25%)*		Remoto (-50%)*	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	58.803	4,040	(1.757)	5,050	12.505	6,060	26.767	3,030	(15.053)	2,020	(28.455)
Conta corrente	241	4,040	(7)	5,050	51	6,060	110	3,030	(66)	2,020	(124)
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(18.539)	4,040	554	5,050	(3.942)	6,060	(8.439)	3,030	5.050	2,020	9.546
Fornecedores de investimento	(16.504)	4,040	493	5,050	(3.510)	6,060	(7.512)	3,030	4.496	2,020	8.499
Empréstimos e financiamentos	(51.813)	4,040	1.548	5,050	(11.019)	6,060	(23.585)	3,030	14.114	2,020	26.680
(-) Contrato de Swap	16.433	4,040	(491)	5,050	3.495	6,060	7.480	3,030	(4.476)	2,020	(8.462)
Exposição líquida	(11.379)		340		(2.420)		(5.179)		4.065		7.684

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa provável, baseada no Relatório Focus do Bacen de 10 de fevereiro de 2020.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma à obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice da dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os índices em 31 de dezembro de 2019 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Empréstimos e financiamentos	755.033	594.345	756.376	595.637
Parcelamento de obrigações tributárias	54.972	63.930	55.578	64.367
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(250.395)	(67.580)	(276.325)	(82.624)
Créditos com outras pessoas ligadas	(100.936)	(97.941)	(100.936)	(97.941)
Aplicações Financeiras	(7.552)	(7.251)	(7.552)	(7.251)
Dívida líquida	451.122	485.503	427.141	472.188
Total do patrimônio líquido	356.069	362.108	356.085	362.120
Índice de Alavancagem - Dívida líquida / PL (%)	1,27	1,34	1,20	1,30

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativos, avaliados pelo valor justo por meio de resultado				
Derivativos	9.041	3.375	9.041	3.375
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	250.395	67.580	276.325	82.624
Aplicações financeiras	7.552	7.251	7.552	7.251
Créditos com outras pessoas ligadas	100.936	97.941	100.936	97.941
Contas a receber de clientes	221.909	222.065	250.826	239.463
	589.833	398.212	644.680	430.654
Custo amortizado				
Fornecedores e Cessão	317.965	157.956	330.149	170.830
Empréstimos, financiamentos e debêntures	755.033	594.345	756.376	595.637
Parcelamento de obrigações tributárias	54.972	63.930	55.578	64.367
Passivo de Arrendamento	11.825	-	39.561	-
Dívidas com Pessoas ligadas	22.803	-	22.803	-
	1.162.598	816.231	1.204.467	830.834

A aplicação financeira é um fundo de investimento de longo prazo e está atrelada a uma cláusula de reciprocidade no contrato de empréstimo com o Banco do Nordeste.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

6 Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações em fundos de investimento, cuja rentabilidade média do fundo em dezembro de 2019 foi equivalente a 94,9% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Conta corrente	15.467	12.290	27.222	22.886
Aplicações financeiras	234.928	55.290	249.103	59.738
	250.395	67.580	276.325	82.624

7 Instrumentos financeiros

Os derivativos são classificados como ativo ou passivo circulante e não circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

Em junho de 2018 a Companhia celebrou uma operação de Crédito Exportação (NCE) e em conjunto uma operação de *Swap*, que visa proteger os pagamentos futuros desses empréstimos e financiamentos, das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros. Esta operação está classificada no passivo circulante e não circulante.

A operação de Crédito Exportação (NCE) foi de US\$ 6.100, equivalente a R\$ 23.999 ao custo de 2,10% a.a + LIBOR-03 mais variação cambial, ao ano, com Swap para 100% CDI + 1,40% ao ano e prazo de pagamento em 36 meses com carência de 12 meses. As amortizações são trimestrais.

Em 31 de dezembro de 2019 teve um ganho não realizado no valor de R\$ 388 conforme nota explicativa nº 34.

A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou quaisquer outros instrumentos de risco.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Contas a receber de terceiros:				
Mercado interno	172.415	171.741	200.706	188.641
Mercado externo	55.350	51.214	55.350	51.214
	<u>227.765</u>	<u>222.955</u>	<u>256.056</u>	<u>239.855</u>
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	372	781	1.041	1.546
	<u>372</u>	<u>781</u>	<u>1.041</u>	<u>1.546</u>
Impairment de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(6.228)	(1.671)	(6.271)	(1.938)
	<u>(6.228)</u>	<u>(1.671)</u>	<u>(6.271)</u>	<u>(1.938)</u>
	<u>221.909</u>	<u>222.065</u>	<u>250.826</u>	<u>239.463</u>

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado como despesas comerciais.

a. Composição das contas a receber por idade de vencimento

	Controladora					
	31 de dezembro de 2019	Perdas estimadas	Cobertura %	31 de dezembro de 2018	Perdas estimadas	Cobertura %
A vencer	216.687	(1.615)	0,7%	212.671	(509)	0,2%
Vencidos até 30 dias	4.138	(15)	0%	7.353	(273)	4%
Vencidos de 31 a 90 dias	2.001	(81)	4%	1.971	(118)	6%
Vencidos de 91 a 180 dias	2.058	(1.684)	82%	755	(155)	21%
Vencidos de 181 a 360 dias	2.903	(2.483)	86%	584	(214)	37%
Vencidos há mais de 360 dias	349	(350)	100%	402	(402)	100%
	<u>228.136</u>	<u>(6.228)</u>		<u>223.736</u>	<u>(1.671)</u>	

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2019	Perdas estimadas	Cobertura %	31 de dezembro de 2018	Perdas estimadas	Cobertura %
A vencer	243.803	(1.619)	0,7%	228.664	(509)	0,2%
Vencidos até 30 dias	5.305	(15)	0%	8.099	(328)	4%
Vencidos de 31 a 90 dias	2.201	(82)	4%	2.363	(151)	6%
Vencidos de 91 a 180 dias	2.142	(1.696)	79%	980	(181)	18%
Vencidos de 181 a 360 dias	3.246	(2.510)	77%	804	(278)	35%
Vencidos há mais de 360 dias	400	(349)	87%	491	(491)	100%
	257.097	(6.271)		241.401	(1.938)	

b. Movimentação das perdas

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2018	(2.384)	(2.384)
Perdas baixadas no exercício	4.087	4.429
Constituição de provisão no exercício	(21.937)	(23.599)
Reversão de provisão no exercício	18.563	19.616
Saldo em 31/12/2018	(1.671)	(1.938)
Perdas baixadas no exercício	1.119	1.174
Constituição de provisão no exercício	(53.556)	(59.788)
Reversão de provisão no exercício	47.880	54.281
Saldo em 31/12/2019	(6.228)	(6.271)

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa nº 22.

A perda estimada da Companhia tem como política da empresa o escalonamento de realização da carteira, levando em consideração a análise de crédito, o histórico da recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento e as informações do mercado. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira com elevado grau de assertividade, atendendo aos conceitos das normas IFRS 9/CPC 48.

Em 31 de dezembro de 2019, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 99.596 (R\$ 76.502 em 31 de dezembro de 2018).

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Produtos acabados	195.829	179.476	211.047	186.188
Produtos em processo	9.110	7.311	9.110	7.446
Matérias-primas e materiais de consumo	33.243	29.848	33.268	29.970
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(15.088)	(9.813)	(15.088)	(9.813)
Importações em andamento	5.076	-	5.076	-
	<u>228.170</u>	<u>206.822</u>	<u>243.413</u>	<u>213.791</u>

A Companhia constitui provisão para perdas com estoques levando em consideração o menor valor entre o valor líquido de custo e o valor recuperável. A despesa com a constituição da provisão para perda dos estoques foi registrada na rubrica “custo dos produtos vendidos” na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do estoque.

10 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante				
ICMS (d)	24.165	4.809	24.616	5.275
IP I (a)	2.504	2.655	2.508	2.767
IRRF/CSRF	833	512	855	549
IRPJ/CSLL	427	-	1.006	627
Crédito de Pis/Cofins	37	-	467	422
Reintegra (b)	184	93	184	93
Expurgo do ICMS s/PIS E COFINS (c)	22.036	-	22.036	-
Outros	342	324	500	468
	<u>50.528</u>	<u>8.393</u>	<u>52.172</u>	<u>10.201</u>
Não circulante *				
ICMS *	3.884	3.203	4.122	3.475
PIS/COFINS *	2.438	1.812	2.438	1.812
Expurgo do ICMS s/PIS E COFINS (c)	50.342	-	50.342	-
	<u>56.664</u>	<u>5.015</u>	<u>56.902</u>	<u>5.287</u>

* Impostos a recuperar decorrentes de aquisições de ativo imobilizado.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a. Redução dos percentuais das alíquotas de IPI

A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Companhia é permitida pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016 que define alíquota zero para o IPI do setor, por prazo indeterminado. Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

b. Reintegra

O Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) consiste na devolução de parte do montante exportado na forma de crédito tributário para redução de tributos federais.

Em 31 de dezembro de 2019 os créditos tributários referentes ao Reintegra foram R\$ 184 (31 de dezembro de 2018 R\$ 93).

c. Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (2009-2014) e (2003-2009)

A Companhia impetrou mandato de segurança objetivando alterar a base de cálculo do PIS e da COFINS mediante expurgo do ICMS destacado. A Justiça Federal de Santa Catarina pronunciou-se em sentença de mérito favoravelmente a exclusão do ICMS da base de cálculo em relevo. A mencionada decisão foi confirmada pelo Tribunal Regional federal da 4ª Região. A União Federal, por intermédio da procuradoria da fazenda Nacional recorreu da decisão aos Tribunais superiores (STF e STJ).

Em 15 de março de 2017, em decisão favorável proferida pelo STF em repercussão geral, nos autos do processo 5032720-26.2014.404.7200 a Companhia procedeu com a reversão do montante provisionado naquela época.

Em 02 de julho de 2018, conforme certidão lavrada pela Secretaria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o referido processo transitou em julgado, portanto, esgotaram as possibilidades de recurso contra a decisão judicial. Desta forma, não se admite mais a revisão da determinação do tribunal e também a interposição de novos recursos

Em 14 de agosto de 2018 a Companhia ingressou na Receita Federal com o pedido de habilitação de crédito decorrente de Decisão Judicial Transitada em Julgado a fim de que possa utilizar os créditos entre novembro de 2009 e outubro de 2014, conforme determinado na decisão judicial.

Em 13 de dezembro 2018 fora proferida decisão administrativa que deferiu o pedido de habilitação de crédito decorrente de decisão judicial transitada em julgado, no valor de R\$ 59.381, registrando este valor no mesmo período. A Companhia vem realizando a compensação desses créditos com tributos federais. Com a homologação na Receita Federal este ativo foi reclassificado do ativo tributário para tributos a recuperar.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 59.381, registrados no ativo tributário, foi reclassificado na rubrica patrimonial.

Além do processo reconhecido acima, a Companhia teve outro processo transitado em julgado no segundo trimestre como ativo tributário e com isso a companhia reconheceu o mesmo, o Expurgo do ICMS do PIS e COFINS referente ao período 2003-2009 no valor de R\$ 45.072. Como houve habilitação pela Receita Federal no 3º trimestre de 2019, o ativo passou para a rubrica tributos a recuperar, no não circulante.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 31 de dezembro de 2019 os créditos tributários a recuperar referente ao Expurgo do ICMS sobre PIS e COFINS são R\$ 22.036 no ativo circulante e R\$ 50.342 no ativo não circulante, conforme projeção realizada pela companhia para compensação dos tributos.

d. ICMS

Nesta rubrica estão contidos os valores de R\$ 8.667 referente a recuperação de tributos de ICMS, R\$ 12.232 de ICMS fronteira, os demais créditos são saldos credores normais da operação.

11 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deve ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato, a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Ressalta-se que a "Refinadora" já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal 'crédito-prêmio do IPI', de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a Refinadora.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e "Refinadora" firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de dezembro de 2019, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 100.936 (R\$ 97.941 em 31 de dezembro de 2018) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantias já se transformaram em precatórios. Com efeito, a Companhia recebeu 4 parcelas de um total de 10 parcelas anuais, conforme disposto em contrato. Os recebimentos ocorreram em agosto de 2011, março de 2013, abril de 2014 e dezembro de 2015, nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000, respectivamente. Adicionalmente foi recebido em setembro de 2016 o montante de R\$ 2.167 em complemento a parcela 04. As parcelas 05, 06, 07 e 08 já estão depositadas para a Refinadora, porém o repasse depende de alvará de liberação diante do recurso interposto pela União e as parcelas continuam bloqueadas.

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora da PBG S/A no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

12 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e previdenciária (vide nota explicativa nº 26) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Cível (a)	124.875	101.316	124.859	101.316
Trabalhista	4.159	8.848	4.159	8.848
Tributária	23.443	6.785	23.474	6.816
	152.477	116.949	152.492	116.980

a) A Companhia, em razão de decisão intempestiva e unilateral por parte do fornecedor SC Gás, na suspensão do desconto do valor mensal do gás contratado, benefício intitulado de plano de fidelização, ingressou na justiça, postulando a manutenção do mencionado benefício, tendo sido deferida medida liminar para que os valores referentes ao desconto fossem depositados em juízo.

13 Recebíveis da Eletrobras

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobras visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução e reconheceu o valor apurado pela perícia judicial atualizando mensalmente pelo INPC acrescido de 12% ao ano. Após esse período o cálculo foi submetido às revisões apuradas pela contadoria da Justiça Federal.

Em 2014, a Eletrobras foi condenada ao pagamento de R\$ 35.395 apurado pela perícia com data base de agosto de 2013. A Companhia contestou esta decisão, requerendo que os cálculos fossem retificados e que fossem estabelecidos os critérios adotados na quantificação do valor da condenação, em virtude das divergências entre as partes. Baseada nessa situação, em julho de 2014 a Companhia decidiu interromper a atualização do ativo, até nova decisão do valor e dos critérios utilizados neste processo, mantendo o saldo contábil atualizado no montante de R\$ 48.621.

Em 2016, após o trânsito em julgado do processo de liquidação de sentença, a Companhia contratou um perito contábil para quantificar o crédito a ser executado, ajustando (reduzindo) o valor em razão de ulterior decisão do STJ.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 2017, a Companhia ajuizou ação de cumprimento de sentença, no valor total de R\$ 12.821.

A Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras S/A) interpôs Agravo de Instrumento no Cumprimento de Sentença e obteve decisão liminar favorável para cassar a decisão que determinou o pagamento em favor da Companhia, assim como a retomada ao procedimento de liquidação de sentença. O acórdão transitou em julgado em julho/2018. A Companhia, em fevereiro de 2019, requereu o prosseguimento do processo com a homologação dos cálculos do crédito, que apontou o montante de R\$ 12.821. A Companhia reafirma sua certeza em relação ao valor ora reconhecido e sua realização em médio prazo.

14 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Imposto de renda	314	-	779	495	-	(6.152)	(1.527)	(7.527)
Contribuição social	113	-	227	132	-	(2.271)	(556)	(2.788)
	427	-	1.006	627	-	(8.423)	(2.083)	(10.315)

Os impostos são apresentados líquidos, no ativo ou passivo, caso haja direito legal de compensar ativos e passivos fiscais correntes.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos para controladora e consolidado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Prejuízos fiscais	38.562	10.607	38.562	10.607
Diferenças temporárias ativas	35.456	38.727	39.809	43.081
Variações cambiais pelo regime de caixa	801	648	801	648
Provisão para ajuste a valor de mercado	2.536	1.899	2.536	1.899
Provisões cíveis, trabalhistas, previd. E tributárias	14.207	15.577	14.207	15.577
Provisão contingência Pis/Cofins - Polo Ativo	4.913	6.927	4.913	6.927
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	-	485	-	485
Prejuízos fiscais em controladas	-	-	4.353	4.354
Outras diferenças temporárias ativas	12.998	13.191	12.998	13.191
Diferenças temporárias passivas	(52.179)	(51.298)	(52.179)	(51.299)
Portobello previdência	(2.155)	(3.289)	(2.155)	(3.289)
Realização da reserva de reavaliação	(17.261)	(17.871)	(17.261)	(17.871)
Recebíveis da Eletrobrás	(4.359)	(4.359)	(4.359)	(4.359)
Contingência ativa - crédito premio IPI - Fase I	(2.647)	-	(2.647)	-
Contingência ativa - crédito premio IPI - Fase II	(7.621)	-	(7.621)	-
Contingência ativa - Semestralidade do PIS	-	(2.607)	-	(2.607)
Contingência ativa - Correção cédulas de crédito rural	(2.607)	(10.267)	(2.607)	(10.267)
Ajuste a valor presente	(163)	(1.043)	(163)	(1.043)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(15.367)	(11.862)	(15.367)	(11.862)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	21.839	(1.965)	26.192	2.388
Ativo não circulante	21.839	-	26.192	4.353
Passivo não circulante	-	(1.965)	-	(1.965)

A movimentação líquida em 31 de dezembro de 2019 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
31 de dezembro de 2018	(1.965)	2.389
Prejuízos fiscais	27.957	27.957
Diferenças temporárias ativas	(3.272)	(3.272)
Diferenças temporárias passivas	(1.491)	(1.491)
Reserva de reavaliação	610	610
31 de dezembro de 2019	21.839	26.193

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos para controladora e consolidado é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2019
Ativo de imposto diferido debitado (creditado) ao resultado		
Prejuízos fiscais	(27.957)	(27.957)
Variações cambiais pelo regime de caixa	(153)	(153)
Provisão para ajuste a valor de mercado	(637)	(637)
Provisão para contingências	1.370	1.370
Provisão contingência Pis/Cofins - Polo Ativo	2.014	2.014
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	485	485
Outras diferenças temporárias ativas	193	193
	(24.685)	(24.685)
Portobello previdência	(1.135)	(1.135)
Realização da reserva de reavaliação	(610)	(610)
Ajuste a valor presente	(880)	(880)
Expurgo do ICMS no Pis e Cofins	3.506	3.506
	881	881
	(23.804)	(23.804)

c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Resultado antes do imposto	(11.363)	190.408	(41)	196.313
Imposto calculado com base na taxa nominal - 34%	3.863	(65.352)	14	(66.747)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	5.181	9.785	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	3.467	3.059	3.467	3.059
Depreciação de ativos reavaliados	(610)	(610)	(610)	(610)
Outros	(11.902)	(3.008)	(1.645)	2.295
Despesa com imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado (corrente e diferido)	12.512	(56.125)	1.226	(62.002)
Aliquota efetiva	110,1%	29,5%	2990,2%	31,6%

Baseados em estudos e projeções de resultados para os períodos seguintes foi realizada uma análise de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social registrados em 31 de dezembro de 2019, os quais foram

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

submetidas aprovação junto ao Conselho Fiscal, no dia 17 de março de 2020, onde estimamos o seguinte cronograma para recuperação destes ativos:

Período	Consolidado
2020	36
2021	964
2022	1.125
2023	1.238
2023 a 2025	990
Total - Ativos diferidos	4.353

15 Ativos tributários

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Crédito-prêmio do IPI (a)		
Processo nº 1987.0000.645-9	22.414	22.414
Processo nº 1984.00.020114-0	7.784	7.784
Correção cédulas de crédito rural (b)	7.667	7.667
Expurgo do ICMS s/ PIS E COFINS (NE 10)	-	59.381
Crédito-prêmio do IPI - "Polo Ativo"(c)	-	220.260
	37.865	317.506

a) Crédito-prêmio do IPI

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9, referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favorável à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contabilidade da Justiça Federal, sendo que o valor reconhecido em novembro de 2009, mantém em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 22.414.

Relativamente ao processo nº 1984.00.020114-0, referente ao período de 07 de dezembro de 1979 a 31 de março de 1981, após o trânsito em julgado, ocorrido há mais 10 anos, iniciou-se a fase de liquidação e execução de sentença, sobrevivendo laudo pericial, realizado por perito judicial. As partes foram intimadas do 'quantum' apurado para manifestação acerca da concordância ou impugnação do laudo. A Companhia concordou com os cálculos apresentados. A União, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional não se manifestou, ensejando a concordância tácita, operando-se a preclusão. Portanto, o processo está concluso para sentença e não há mais espaço para contestação. A Companhia reconheceu em 2015 o montante apurado pelo perito judicial no valor de R\$ 4.983, e como

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a Companhia entende que o ganho da mencionada ação é praticamente certo, registrou o ativo tributário em junho de 2015, e se mantém em 31 de dezembro de 2019 o saldo de R\$ 7.784 (R\$ 7.784 em 31 dezembro de 2018).

b) Correção cédulas de crédito rural

Em março de 2017, a Companhia, com fundamento em decisão judicial proferida na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, em face da União Federal, propôs ação individual de Execução de Sentença, com objetivo de cobrança do valor correspondente a diferença entre indexadores de correção monetária nas operações aplicáveis as cédulas de crédito rural, ocorridas em março de 1990. O Banco do Brasil em sede de reclamação ajuizada no Superior Tribunal de Justiça, obteve decisão liminar para determinar a suspensão do processo de execução individual o valor de R\$ 7.667 em dezembro de 2019 (R\$ 7.667 em 31 de dezembro de 2018).

c) Crédito-prêmio do IPI – “Polo Ativo”

O processo iniciou-se em 1984, já tramitou pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e retornou à 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal (vara original), para que fosse dado prosseguimento ao cumprimento de sentença. A Companhia já está promovendo a execução de sentença.

O processo judicial que trata do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados ‘crédito-prêmio do IPI’ (1998.34.00.029022-4), classificado em março de 2018 como um ativo contingente passou a ser reconhecido no segundo trimestre de 2018 como ativo judicial.

A entrada de benefícios econômicos passou a ser considerada praticamente certa devido a manifestação da União-Fazenda Nacional no referido processo, que, em resumo, reconheceu como incontroverso o valor de R\$ 187.091 (base agosto/15) ao tempo em que divergiu do valor de R\$ 66.056.

Não cabem recursos adicionais sobre a parcela incontroversa, dado que se consumou a confissão do devedor – União Federal.

Concomitante ao reconhecimento do ativo, foi contabilizado no passivo uma obrigação de R\$ 62.008 com a Refinadora Catarinense S/A, inicialmente a parte autora da ação, posto que, em 2002, houve a substituição da titularidade do processo (pólo ativo) e a eleição pela Companhia de utilização destes créditos em compensação tributária. Mencionada operação foi prevista em contrato, formalizada entre as partes, originando o montante devido à mencionada parte relacionada.

Desta forma, o valor do ativo líquido da Companhia é de R\$ 158.252.

Em 30 de setembro de 2019, o valor do ativo devido em favor da Companhia estava quantificado em R\$ 220.260, valor este homologado pelo Juízo da 6ª Vara Federal em sentença no processo de execução.

Em 16 de abril de 2019 foi expedida a Requisição de Pagamento (Precatório) do valor incontroverso, quantificado em R\$ 187.091, data base de agosto/2015 .

A Companhia, nos termos da Reunião do Conselho de Administração nº 11, realizada em 30 de setembro de 2019, que aprovou a negociação deste ativo tributário, constituído através da Requisição de Pagamento (Precatório) distribuído sob o nº 0154107-24.2019.4.01.9198, expedido em 16 de abril de 2019, tendo como valor original da importância de R\$ 180.708, base agosto de 2015, que após submetido aos índices legais de correção monetária pelos órgãos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o valor deste ativo tributário passou a ser de R\$ 200.549, base junho de 2019.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Desta forma, a Companhia realizou a venda do ativo tributário ao preço final de R\$ 170.000 mediante liquidação realizada em 30 de setembro, cujas condições estão inseridas na Escritura Pública de Cessão de Créditos, lavrada junto ao 9º Tabelião de Notas da Comarca de São Paulo.

Na venda do precatório houve deságio financeiro na operação e desta forma a obrigação para a Refinadora Catarinense S/A passou a ser R\$ 33.790 que será realizado o pagamento conforme o Termo de Entendimento do processo em três parcelas iguais, a primeira foi paga no mês 12/2019, a segunda será no mês 04/2020 e a terceira e última em 07/2020. Portanto como a quitação será no período de 12 meses, esta obrigação foi reclassificada para circulante, restando o saldo de R\$ 22.803.

16 Ativo contingente

a) Crédito Prêmio IPI – Parcela controversa

A parcela controversa do processo judicial 1998.34.00.029022-4, mencionado na nota explicativa 15 c, é mantida como um ativo contingente, dado que a União-Fazenda Nacional divergiu do montante apurado.

A União Federal alega divergências entre as bases apuradas pela Companhia e as bases da Receita Federal no valor de R\$ 66.056 (base agosto/15). Deste valor a parte líquida que cabe à Companhia é de R\$ 9.908 (base agosto/15) e em 30 de setembro de 2019, o valor é de aproximadamente R\$ 11.665, e a diferença é para a Refinadora Catarinense bem como os honorários de sucesso.

Em relação à esta parcela controversa, a Administração mantém o entendimento de que sua realização é provável. E desta forma é mantida sua divulgação em nota explicativa. Aguarda-se os próximos movimentos jurídicos para reconhecimento da parcela controversa do ativo.

b) Crédito Prêmio IPI – Diferença de indexadores do Ativo Tributário “Polo Ativo”

A Companhia, diante a divergência de critérios de atualização da Requisição de Pagamento (Precatório) distribuído sob o nº 0154107-24.2019.4.01.9198, expedido em 16 de abril de 2019, adotados pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que quantificou o ativo tributário em R\$ 200.549, base junho/2019, promoverá procedimento judicial com vistas à adequação dos critérios utilizados para atualização do referido precatório.

A Administração mantém o entendimento de que o Ativo Tributário, descrito no item 15 (c) acima, perfaz a importância de R\$ 220.260, base junho/2018 e, portanto, irá requerer a expedição de Requisição de Pagamento (Precatório) Complementar.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

17 Investimentos

a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de cinco empresas e os investimentos estão registrados no ativo não circulante sob a rubrica “Participação em controladas” e no passivo como “Provisão para perda em investimentos”.

	Pais de constituição	Participação direta	Participação Indireta	Ativo	Passivo	Receita*	Resultado*
Em 31 de dezembro de 2018							
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	0,00%	18.088	90.818	3.047	(5.156)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	0,00%	26.912	16.644	76.841	4.334
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	0,00%	36.089	35.609	65.049	28.377
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	0,00%	3.312	2.479	10.110	249
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	0,00%	9.461	1.118	1.420	974
Em 31 de dezembro de 2019							
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	0,00%	42.595	97.112	18.112	(18.860)
Portobello America Manufacturing	Estados Unidos	0,00%	100,00%	13.087	13.087	-	-
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	0,00%	62.373	52.817	103.559	6.220
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	0,00%	45.667	45.187	69.311	31.832
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	0,00%	4.632	2.213	10.402	1.587
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	0,00%	12.957	4.552	5.059	(5.539)

As controladas são empresas de capital fechado, cuja a movimentação é a seguinte:

	Patrimônio líquido	Resultado do período	Percentual de participação	31 de dezembro de 2018	Variações cambiais	Integra-lização de capital	Lucro nos Estoques	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos propostos	31 de dezembro de 2019
Investimentos										
Portobello América Inc.	(54.517)	(12.345)	100%	(74.534)	1.410	36.251	(3.714)	(20.770)	-	(61.357)
PBTech Ltda.	9.562	5.035	99,94%	10.268	-	-	-	6.220	(6.933)	9.555
Portobello Shop S.A.	480	21.474	99,90%	480	-	-	-	31.831	(31.831)	480
Mineração Portobello Ltda.	2.425	1.592	99,76%	833	-	-	-	1.587	-	2.420
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	8.577	2.831	98,00%	8.346	-	3.766	-	(3.628)	-	8.484
Portobello S/A	10	-	100%	10	-	-	-	-	-	10
Total líquido do investimento em controladas				(54.597)	1.410	40.017		15.240	(38.764)	(40.408)
Participação em controladas				19.937						20.949
Provisão para perdas em investimentos				(74.534)						(61.357)

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

18 Imobilizado

a) Composição

	Taxa média anual de depreciação	Controladora				Consolidado			
		31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	12.603	-	12.603	12.603	13.485	-	13.485	13.524
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	211.394	(56.302)	155.092	154.636	235.188	(68.161)	167.027	163.822
Máquinas e equipamentos	15%	642.746	(356.795)	285.951	254.594	646.350	(357.235)	289.115	257.917
Móveis e utensílios	10%	9.643	(8.760)	883	888	11.454	(9.128)	2.326	1.568
Computadores	20%	29.004	(20.995)	8.009	7.505	29.734	(21.263)	8.471	8.086
Outras imobilizações	20%	2.604	(734)	1.870	2.001	2.604	(734)	1.870	2.452
Imobilizações em andamento	-	5.672	-	5.672	8.157	5.672	-	5.672	10.962
		913.666	(443.586)	470.080	440.384	944.487	(456.521)	487.966	458.331

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição (nota explicativa 30.3 a).

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e vigente a partir de 01/01/09, a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e desde então, periodicamente faz revisão anual e não houve impacto relevante da vida útil do ativo imobilizado no quarto trimestre de 2019.

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora					
	31 de dezembro de 2018	Adições	Transfe rências	Depre ciação	Baixas	31 de dezembro de 2019
Terrenos	12.603	-	-	-	-	12.603
Edificações e benfeitorias	154.636	252	7.327	(7.123)	-	155.092
Máquinas e equipamentos	254.594	11.967	46.023	(26.633)	-	285.951
Móveis e utensílios	888	10	176	(191)	-	883
Computadores	7.505	402	2.788	(2.686)	-	8.009
Outras imobilizações	2.001	132	254	(517)	-	1.870
Imobilizações em andamento	8.157	54.083	(56.568)	-	-	5.672
	440.384	66.846	-	(37.150)	-	470.080

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2018	Adições	Transfe rências	Depre ciação	Baixas	31 de dezembro de 2019
Terrenos	13.524	13.545	-	-	(13.584)	13.485
Edificações e benfeitorias	163.822	2.960	13.234	(10.780)	(2.209)	167.027
Máquinas e equipamentos	257.917	12.510	46.023	(27.280)	(55)	289.115
Móveis e utensílios	1.568	53	1.058	(353)	-	2.326
Computadores	8.086	470	2.788	(2.872)	-	8.471
Outras imobilizações	2.452	145	254	(981)	-	1.870
Imobilizações em andamento	10.962	58.408	(63.357)	-	(341)	5.672
	458.331	88.091	-	(42.266)	(16.189)	487.966

Em 2019 as adições somaram R\$ 88 milhões, sendo 74% destinados a planta de Tijucas e 26% para Planta de Marechal Deodoro. Na planta de Tijucas 87% são para preparação e atualização do parque fabril para produção de produtos com maior valor agregado e formatos maiores, e 7% para lojas próprias, e 13% para demais para projetos comerciais e novos negócios. Na planta de Marechal Deodoro, a maior parte dos investimentos foram destinados em sua maioria para implantação de uma nova linha de produção de porcelanato esmaltado.

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado			
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Custo dos produtos vendidos	32.011	31.088	32.704	31.200
Despesa comercial	3.412	2.450	7.808	5.961
Despesa administrativa	1.727	1.388	1.754	1.395
	37.150	34.926	42.266	38.556

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

19 Intangível

a) Composição

	Taxa média anual de amortização	Controladora				Consolidado			
		31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	-	150	-	150	150	150	-	150	150
Softwares	20%	29.147	(20.907)	8.240	7.207	30.394	(21.268)	9.126	8.066
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(1.000)	-	-	4.074	(3.235)	839	1.231
Fundo de comércio (a)	7%	-	-	-	-	12.320	(1.469)	10.851	9.845
Softwares em desenvolvimento	-	479	-	479	1.294	1.426	-	1.426	1.297
Sistema de gestão (b)	21%	18.887	(18.887)	-	-	18.887	(18.887)	-	-
		49.663	(40.794)	8.869	8.651	67.251	(44.859)	22.392	20.589

(a) Fundo de Comercio corresponde ao valor do ponto comercial de lojas adquiridas de terceiros.

(b) Gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, representados substancialmente pelos sistemas Oracle e aplicativos para ampliar a interação com clientes nas lojas Portobello.

b) Movimentação do intangível

	Controladora				
	31 de dezembro de 2018	Adições	Transfe rências	Amorti zações	31 de dezembro de 2019
Marcas e patentes	150	-	-	-	150
Softwares	7.207	375	4.177	(3.519)	8.240
Direito exploração de jazidas	-	-	-	-	-
Softwares em desenvolvimento	1.294	3.362	(4.177)	-	479
	8.651	3.737	-	(3.519)	8.869

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2018	Adições	Transfe rências	Amorti zações	31 de dezembro de 2019
Marcas e patentes	150	-	-	-	150
Softwares	8.066	541	4.266	(3.747)	9.126
Direito exploração de jazidas	1.231	-	-	(392)	839
Fundo de comércio	9.845	1.807	-	(801)	10.851
Softwares em desenvolvimento	1.297	4.395	(4.266)	-	1.426
	20.589	6.743	-	(4.940)	22.392

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Custo dos produtos vendidos	1.170	809	1.569	1.195
Despesa comercial	1.202	1.933	2.157	2.617
Despesa administrativa	1.147	1.240	1.214	1.240
	3.519	3.982	4.940	5.052

c) Projeção para amortização do Intangível Consolidado:

	2020	2021	2022	2023	2024 a 2038	Total
Softwares	2.752	2.149	1.768	1.294	1.163	9.126
Direito de exploração de jazidas	392	392	55	-	-	839
Fundo de Comércio	822	822	822	822	7.563	10.851
	3.966	3.363	2.645	2.116	8.726	20.816

Os itens marcas e patentes e softwares em desenvolvimento não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida. Porém estão sujeitos a *impairment*, conforme descrito nas principais políticas contábeis, divulgados nestas demonstrações financeiras.

20 Ativo de direito de uso e Obrigações de arrendamento

Os contratos caracterizados como arrendamento, de acordo com IFRS 16 / CPC 06 (R2), passaram a ser registrados como Ativos de Arrendamento e a contrapartida no passivo de curto e longo prazo, na rubrica em Obrigação de Arrendamento. A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía 41 contratos de locação de arrendamento para suas unidades comerciais. Este ativo é composto pelos alugueis das lojas e os centros de distribuições. Os contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação, em sua maioria, possuem prazos de duração de cinco anos com a opção de renovação após essa data.

Neste trimestre, a Companhia realizou uma nova reavaliação dos arrendamentos referente ao prazo e a taxa. Além disso, em 18 de dezembro de 2019 a Comissão de Valores Mobiliários - CVM divulgou o Ofício Circular 02/2019 orientando quanto a aspectos relevantes da adoção da taxa de desconto e tratamento do passivo de arrendamento bruto de PIS e COFINS.

Os contratos de alugueis são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

A taxa média ponderada de desconto usada foi a taxa nominal e os valores foram utilizados brutos de PIS e COFINS.

Os demais contratos permaneceram registrados de acordo com a competência da despesa.

a) Composição Ativos de Direito de uso

	Controladora	Consolidado
Adoção Inicial 01/01/2019 - IFRS 16 / CPC 06(R2)	10.376	23.718
Remensuração	4.878	29.617
(+) Adição	-	13.087
(-) Depreciação Acumulada	(2.338)	(7.579)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.916	58.843

b) Composição Obrigações de arrendamento

	Controladora	Consolidado
Adoção Inicial 01/01/2019 - IFRS 16 / CPC 06(R2)	10.144	22.456
Remensuração	6.928	29.766
Pagamentos	(3.266)	(9.736)
Juros incorridos	(1.981)	(2.955)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.825	39.531

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Cronograma de vencimento dos passivos de arrendamento

	Controladora			Consolidado		
	Passivo de Arrendamento	Juros	Valor presente dos passivos arrendamento	Passivo de Arrendamento	Juros	Valor presente dos passivos arrendamento
2020	5.254	(700)	4.554	17.361	(2.896)	14.465
2021	3.745	(519)	3.226	15.181	(2.250)	12.931
2022 em diante	4.502	(457)	4.045	12.607	(472)	12.135
Total	13.501	(1.676)	11.825	45.149	(5.618)	39.531

d) Efeitos de inflação

Ativo de direito de uso		
Fluxo Real	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
Direito de uso	12.916	45.756
Depreciação	(2.338)	(7.579)
	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
Fluxo Inflacionado	14.222	51.262
Depreciação	(2.555)	(8.328)

Passivo de arrendamento		
Fluxo Real	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
Direito de uso	11.825	39.531
Juros Embutidos	(1.981)	(2.955)
	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
Fluxo Inflacionado	13.131	45.037
Depreciação	(2.364)	(4.138)

21 Fornecedores e cessão de crédito

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Mercado interno	193.211	104.038	205.395	116.912
Risco Sacado (a)	58.710	45.956	58.710	45.956
Outros	134.501	58.082	146.685	70.956
Mercado externo	6.127	7.962	6.127	7.962
Circulante	199.338	112.000	211.522	124.874
Mercado interno (i)	124.754	101.268	124.754	101.268
Não circulante	124.754	101.268	124.754	101.268
	324.092	213.268	336.276	226.142

(i) Montante para pagamento ao fornecedor de gás decorrente do assunto mencionado na nota explicativa nº 12

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a) Cessão de crédito com fornecedores

A Companhia realizou operações de cessão de crédito de fornecedores com instituições financeiras no montante de R\$ 58.710 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 45.956 em 31 de dezembro de 2018), com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco, que, por sua vez, passará a ser credor da operação.

Nas referidas transações não houve modificação das condições de pagamentos e de preços negociados com os fornecedores.

b) Fornecedores de investimentos

A Companhia apresenta saldo de R\$ 20.127 na controladora e R\$ 21.745 no consolidado no passivo circulante (R\$ 10.676 na controladora e R\$ 11.533 no consolidado em 31 de dezembro de 2018), que se referem-se a imobilizações para atualização dos parques fabris, investimento em lojas próprias e sistemas.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

22 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Moeda	Venci- entos	Encargos	Controladora		Consolidado	
				31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante							
Capital de giro	R\$			-	-	1.343	-
Banco do Nordeste S.A (a)	R\$	jun-25	3,43% a.a. ¹ +IPCA	36.419	9.796	36.419	9.796
NCE (b)	R\$	mar-24	6,58% a.a. ¹	40.320	42.002	40.320	42.002
NCE (b)	US\$	jun-21	4,04% a.a. ¹ +VC	10.969	7.947	10.969	7.947
PRODEC (c)	R\$	nov-22	3,97% a.a. ¹ +AVP	8.710	14.145	8.710	14.145
FINEP (d)	R\$	mai/21	6,66% a.a. ¹	13.250	13.270	13.250	13.270
DEG (e)	US\$	out-21	6,72% a.a. ¹ +VC	12.443	12.179	12.443	12.179
FINAME (f)	R\$	ago-23	3,00% a.a. ¹	420	421	420	421
DEBÊNTURES 1ª Série (g)	R\$	jun-21	6,67% a.a. ¹	99.050	976	99.050	976
DEBÊNTURES 2ª Série (h)	R\$	jun-23	7,24% a.a. ¹	-	985	-	985
ACC (i)	US\$	jun-20	4,55% a.a. ¹ +VC	10.845	-	10.845	-
Total do circulante			6,17% a.a. ¹	232.426	101.721	233.769	101.721
Total moeda nacional		R\$		198.169	81.595	199.512	81.595
Total moeda estrangeira		US\$		34.257	20.126	34.257	20.126
Não circulante							
Capital de giro	R\$			-	-	-	1.292
Banco do Nordeste S.A (a)	R\$	jun-25	3,43% a.a. ¹ +IPCA	71.689	53.792	71.689	53.792
NCE (b)	R\$	mar-24	6,58% a.a. ¹	192.389	67.944	192.389	67.944
NCE (b)	US\$	jun-21	4,04% a.a. ¹ +VC	5.464	15.759	5.464	15.759
PRODEC (c)	R\$	nov-22	3,97% a.a. ¹ + AVP	11.817	18.240	11.817	18.240
FINEP (d)	R\$	mai/21	6,66% a.a. ¹	30.489	18.590	30.489	18.590
DEG (e)	US\$	out-21	6,72% a.a. ¹ +VC	12.092	23.249	12.092	23.249
FINAME (f)	R\$	ago-23	3,00% a.a. ¹	974	1.392	974	1.392
DEBÊNTURES 1ª Série (g)	R\$	jun-21	6,67% a.a. ¹	49.482	146.829	49.482	146.829
DEBÊNTURES 2ª Série (h)	R\$	jun-23	7,24% a.a. ¹	148.211	146.829	148.211	146.829
Total do não circulante			6,90% a.a. ¹	522.607	492.624	522.607	493.916
Total moeda nacional		R\$		505.051	453.616	505.051	454.908
Total moeda estrangeira		US\$		17.556	39.008	17.556	39.008
Total Geral			6,90% a.a. ¹	755.033	594.345	756.376	595.637
Total moeda nacional		R\$		703.220	535.211	704.563	536.503
Total moeda estrangeira		US\$		51.813	59.134	51.813	59.134

¹ Taxa média ponderada

VC - Variação Cambial

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a. Detalhamento dos contratos

Nota	Contrato	Data		Captação (R\$ mil)	Prazo (meses)	Amortização	Carência (meses)	Garantias
		Desembolso	Vencimento					
(a)	Banco do Nordeste	ago-14	jun-25	R\$ 105.646	133	Mensal	24	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos
	Contrato celebrado em 06/2013, no valor de R\$ 147.700. A 1ª parcela do financiamento foi liberada pelo Banco em 08/2014 no valor de R\$ 29.221 , a 2ª parcela liberada em 01/2015 no valor de R\$ 45.765, a 3ª parcela liberada em 09/2015 no valor de R\$ 14.700, 4ª parcela liberada em 03/2016 no valor de R\$ 4.713 a 5ª parcela liberada em 12/2016 no valor de R\$ 2.418 a 6ª parcela liberada em 02/2019 no valor de R\$ 8.827.							
	Banco do Nordeste	jul-19	jun-27	R\$ 31.147	95	Mensal	24	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos em 2º Grau
	Contrato celebrado em 07/2019, no valor de R\$ 31.147. A 1ª parcela do financiamento foi liberada pelo Banco em 07/2019 no valor de R\$ 7.246.							
(b)	Banco do Nordeste	set-19	set-20	R\$ 16.500	12	Bullet	Bullet	Aval PBTech e CBC
	Contrato celebrado em 09/2019, no valor de R\$ 16.500. O Valor do financiamento foi liberado integral pelo Banco em 09/2019 no valor de R\$ 16.500.							
	Banco do Nordeste	set-19	ago-22	R\$ 23.500	12	35	2	Aval PBTech e CBC
	Contrato celebrado em 09/2019, no valor de R\$ 23.500. O Valor do financiamento foi liberado integral pelo Banco em 09/2019 no valor de R\$ 23.500.							
(b)	Crédito de Exportação (NCE)	nov-17	nov-21	R\$ 50.000	48	Mensal	12	Recebíveis na PBG S/A no valor de 30% do saldo devedor do contrato
		Este contrato possui cláusulas mínimas de "covenants" que foram cumpridas.						
		nov-17	nov-20	R\$ 30.000	36	Trimestral	20	Recebíveis na PBG S/A no valor de 30% do saldo devedor do contrato
		jun-18	jun-21	R\$ 24.000	36	Trimestral	12	Clean
		jun-18	mai-21	R\$ 24.000	36	Trimestral	12	Recebíveis na PBG S/A no valor de 25% do saldo devedor do contrato
		mar-19	fev-24	R\$ 54.000	60	Anual	24	Recebíveis na PBG S/A no valor de 20% do saldo devedor do contrato
		mar-19	mar-24	R\$ 50.000	60	Trimestral	24	Recebíveis na PBG S/A no valor de 20% do saldo devedor do contrato
		mar-19	mar-24	R\$ 10.000	60	Trimestral	24	Recebíveis na PBG S/A no valor de 20% do saldo devedor do contrato
		jul-19	jul-23	R\$ 20.000	48	Mensal	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 30% do saldo devedor do contrato
		jul-19	jul-13	R\$ 20.000	48	Mensal	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 30% do saldo devedor do contrato
		set-19	set-22	R\$ 30.000	36	Trimestral	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 20% do saldo devedor do contrato
		Estes contratos possui cláusulas mínimas de "covenants" que foram cumpridas.						
PRODEC				48	Bullet	Bullet	-	
(c)	(Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) - Regime Especial do Estado de Santa Catarina obtido em julho de 2009. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente sendo que a taxa utilizada para fins de cálculo é a média do capital de giro circulante (8,15% ao ano). O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 2.251 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008), com carência de 48 meses, prazo de 120 meses e atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.							
(d)	Finep	jul-14	mai-21	R\$ 57.318	84	Mensal	24	Fiança Bancária
	Contrato celebrado em 07/2014, no valor de R\$ 57.300 e a 1ª parcela do financiamento, no valor de R\$ 12.627, foi liberada pelo Banco neste mesmo mês. A 2ª parcela liberada em 01/2016 no valor de R\$ 12.479. A 3ª parcela liberada em 06/2017 no valor de R\$ 32.064.							
(e)	DEG	mai-14	out-21	US\$ 18.000	90	Semestral	23	Máquinas e equipamentos e notas promissórias
	Em 05/11/2019 o banco DEG concedeu o Waiver referente ao não atingimento do indicador (PL/Ativo Total >20%) relativo ao 3T2019.							
(f)	Finame	mai-13	mai-23	R\$ 39	120	Mensal	25	Máquinas e equipamentos
		mai-13	abr-23	R\$ 601	120	Mensal	24	
		jul-13	jul-23	R\$ 107	120	Mensal	25	
		jul-13	ago-23	R\$ 1.890	120	Mensal	26	
		jan-14	jun-23	R\$ 577	114	Mensal	18	
(g)	Debêntures 3ª Emissão1ª Série	jun-18	jun-21	R\$ 150.000	36	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória
(h)	Debêntures 3ª Emissão2ª Série	jun-18	jun-23	R\$ 150.000	60	Semestral	48	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória
Em 15 de Junho de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração da PBG S.A, a 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao resgate da totalidade da 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora e repêrimento de outros passivos da Emissora. Este contrato possui cláusulas mínimas de "covenants" que foram cumpridas.								
(i)	ACC	jun-19	jun-20	US\$ 2.628	12	Bullet	Bullet	Operação clean

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, aplicações financeiras vinculadas, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa nº 8) e de controlada (nota explicativa nº 40), aval dos controladores e de controlada.

Neste ano houveram captações de recursos que totalizaram R\$ 275.841 mil e amortizações R\$ 121.942 mil.

No 4T19 a Companhia não atingiu o covenant referente a operação com Banco do Brasil (Relação de Dívida Financeira Líquida/EBITDA igual ou menor a 3,0x.) Em 31 de dezembro de 2019, o Banco do Brasil concedeu o Waiver referente ao não atingimento do indicador. Para próximos trimestres a companhia vislumbra o atingimento do covenant.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os empréstimos têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
2019	-	101.721	-	101.721
2020	232.426	197.939	233.769	199.231
2021	177.531	106.997	177.531	106.997
2022 a 2025	345.518	187.688	345.076	187.688
	<u>755.475</u>	<u>594.345</u>	<u>756.376</u>	<u>595.637</u>

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados em Reais, segregados por tipo de moeda:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
2019	-	101.721	-	101.721
2020	232.426	197.939	233.769	199.231
2021	177.531	106.997	177.531	106.997
2022 a 2025	345.076	187.688	345.076	187.688
	<u>755.033</u>	<u>594.345</u>	<u>756.376</u>	<u>595.637</u>

O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu valor contábil, uma vez que os valores contábeis estão registrados ao custo amortizado e atualizados *pró-rata*.

A seguir, estão demonstrados o mapa dos empréstimos e debêntures:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Total da dívida	
	Controladora	Consolidado
Dívida líquida em 1 de janeiro de 2018	594.345	595.637
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa		
Obtenção de empréstimos	272.651	275.841
Pagamento de empréstimos	(120.983)	(121.942)
Pagamento de juros	(52.272)	(52.909)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa		
Variações cambiais	2.909	3.189
Juros apropriados	51.105	54.014
Marcação a mercado	2.128	2.546
Apropriação de custos debentures	0	0
Outros	5.150	0
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2019	755.033	756.376

b. Debêntures

Em AGE do dia 15 de junho de 2018, foi aprovada a realização, pela Companhia, conforme proposta do Conselho de Administração, da sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, as quais serão objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Valor da captação		
Debêntures 1ª série	150.088	150.110
Debêntures 2ª série	150.097	150.119
Saldo Bruto	300.185	300.229
Custos de captação	(3.443)	(4.610)
Saldo líquido	296.742	295.619
Circulante	99.050	1.961
Não circulante	197.692	293.658

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Características da Emissão	
Emissão	3ª
Agente Fiduciário	PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
Banco Liquidante	Banco Bradesco S/A
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S/A
Rating de Emissão	Não
Negociação	CETIP
Número de Séries	2
Volume da Emissão R\$	300.000.000,00
Qtde Total de Debêntures	300.000
Valor Nominal Unitário R\$	1.000,00

Detalhamento da operação por série			
Série	1ª		2ª
Registro CVM N°	476/09		
Código do Ativo	PTBL13		PTBL23
Data de Emissão	27/06/2018		
Data de Vencimento	27/06/2021		27/06/2023
Volume R\$	150.000.000,00		150.000.000,00
Qtde de Debêntures	150.000		150.000
Valor Nominal Unitário R\$	1.000,00		1.000,00
Forma	Escritural		
Espécie	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória		
Conversibilidade	Não conversíveis em ações de Emissão da Emissora		
Atualização	Não haverá atualização monetária do Valor Nominal		
Remuneração	Taxa DI + 2,20% ao ano (ano com base 252 dias)		Taxa DI + 2,75% ao ano (ano com 252 dias)
Pagamento Remuneração	Semestral, com a primeira data de remuneração em 27/12/2018		
Amortização	Valor Nominal Inicial		Valor Nominal Inicial
Atos Societários:	AGE em 15/06/2018		
Covenants	Divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA < 3,00 vezes por dois períodos		

Os recursos obtidos por meio da terceira emissão foram destinados ao resgate da totalidade da 2ª (segunda) emissão de debêntures da emissora e reperfilamento de outros passivos da emissora.

A 3ª emissão de Debêntures possui cláusulas de *covenants* que foram cumpridas em 31 dezembro de 2019.

23 Parcelamento de obrigações tributárias

Obrigações fiscais	Pedido de parcelamento		Controladora		Consolidado	
	Data	Parcelas a Vencer	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
LEI 11.941/09 (a)	nov-09	58	54.972	63.930	55.578	64.367
Total			54.972	63.930	55.578	64.367

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

Vencimento 1º Janeiro	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
2019	11.455	10.718	11.765	10.793
2020 a 2023 (*)	43.517	52.270	43.815	52.570
2024		942		1.004
	54.972	63.930	55.580	64.367
Circulante	11.455	10.718	11.765	10.793
Não circulante	43.517	53.212	43.815	53.574

(*) Soma das parcelas anuais de R\$ 11.455 em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 10.718 em 31 de dezembro de 2018 para a Controladora e R\$ 11.765 e R\$ 10.793 respectivamente para o Consolidado.

a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Nos meses de maio e setembro de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 (vide nota explicativa nº 24).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 818, atualizadas pela Selic, bem como efetivou a desistência das ações judiciais e renuncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e consequentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos na nota explicativa nº 15.

24 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 no valor de R\$ 3.252 considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito, bem como apresentou que não fora preenchido o requisito do “aproveitamento indevido”. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas nas notas explicativas nº 15. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias como também a comprovação do “aproveitamento indevido”, manifestamente reconhecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em sede de lançamento. Este procedimento deliberado pela Administração é secundado por parecer do escritório advocatício Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento. A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia irressignada com a decisão de parcial provimento teve seu Recurso Especial admitido e mantém o pronunciamento de reverter à questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

25 Impostos, taxas e contribuições

Em 31 de dezembro de 2019 os impostos, taxas e contribuições registradas no passivo circulante estavam classificadas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
IRRF	2.953	2.177	3.521	2.688
ICMS	6.014	1.161	6.253	1.224
PIS/COFINS	-	62	532	492
Outros	135	209	274	334
	9.102	3.609	10.580	4.738

26 Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista, previdenciárias e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões é suficiente para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As provisões são mensuradas pela estimativa dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. Os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.
Demonstrativo da movimentação das provisões:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Cíveis	17.126	19.581	17.126	19.581
Trabalhistas	11.891	18.397	11.891	18.397
Previdenciários	6.615	6.836	6.615	6.836
Tributárias	84.568	94.761	84.600	94.791
	120.200	139.575	120.232	139.605

	Controladora				Total
	Cíveis	Trabalhistas	Previdenc	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2018	19.581	18.397	6.836	94.761	139.575
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	(2.363)	(355)	(221)	513	(2.426)
Provisões adicionais	(3.075)	677	(221)	459	(2.160)
Reversões por não utilização	(174)	(2.711)	-	54	(2.831)
Atualização monetária (Reversão)	886	1.679	-	-	2.565
Reversões por realização	(92)	(6.151)	-	(10.706)	(16.949)
Em 31 de dezembro de 2019	17.126	11.891	6.615	84.568	120.200
	Consolidado				Total
	Cíveis	Trabalhistas	Previdenc	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2018	19.581	18.397	6.836	94.791	139.605
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	(2.363)	(355)	(221)	515	(2.424)
Provisões adicionais	(3.075)	677	(221)	459	(2.160)
Reversões por não utilização	(174)	(2.711)	-	56	(2.829)
Atualização monetária (Reversão)	886	1.679	-	-	2.565
Reversões por realização	(92)	(6.151)	-	(10.706)	(16.949)
Em 31 de dezembro de 2019	17.126	11.891	6.615	84.600	120.232

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários:

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 509 ações cíveis (436 ações em 31 de dezembro de 2018), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa nº 12).

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 279 reclamações trabalhistas (324 reclamações em 31 de dezembro de 2018), movidas por ex-funcionários e terceiros. As demais ações referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 12).

Previdenciários

Baseada na baixa expectativa de êxito nas ações administrativas e judiciais, que versem sobre cartões de premiação corporativos, a Companhia, reconheceu no primeiro trimestre de 2018 a provisão destes débitos, no valor total de R\$ 6.836, os quais ainda dependem de decisão judicial, em fase de Execução Fiscal, ou em alguns casos, de decisão administrativa junto à Receita Federal do Brasil.

Alteração do Critério de Correção de Débitos Trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho - TST, em decisão publicada em 07 de agosto de 2015, promoveu a alteração do índice de correção dos débitos trabalhistas, de modo a substituir a Taxa Referencial (TR) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial-IPCA-E, com efeitos retroativos a 30 de setembro de 2009. A matéria foi levada ao Supremo Tribunal Federal - STF, na Reclamação nº 22012, que julgou improcedente, prevalecendo, assim, a correção dos débitos trabalhistas pelo IPCA-E. A Companhia não promoverá de imediato a majoração de suas provisões trabalhistas, aguardando nova manifestação do TST sobre o assunto. A mudança de critério impactará o saldo de provisões trabalhistas em aproximadamente R\$ 6.235.

Tributárias

Tributos sobre o ativo judicial Polo Ativo

No segundo trimestre de 2018, a Companhia reconheceu na rubrica de provisões tributárias o montante de R\$ 74.180 referente à PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre o ativo judicial Polo Ativo, mencionado na nota explicativa nº 15c. O valor foi recalculado e o montante de provisões somaram R\$ 67.659 referente à PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, até a data do encerramento dessas demonstrações esse valor esta sendo discutido judicialmente.

O valor restante do saldo contempla os honorários de sucesso referente aos processos tributários e a provisão para contingência do PIS e COFINS sobre a receita financeira.

27 Ações possíveis de perda

a. Ações possíveis de perda

Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem outras ações cíveis e trabalhistas, que foram classificadas como perdas possíveis e de acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, a Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima os montantes dos passivos contingentes a seguir apresentadas:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Cíveis	3.786	3.844	3.786	3.844
Trabalhistas	9.606	6.763	9.711	6.763
Previdenciários	10.985	552	10.985	552
	24.377	11.159	24.482	11.159

b. Ação remota referente Processo Administrativo nº 10983-721.445/2014-78, nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91

Em 08 de dezembro de 2014, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. Segundo defendem as Autoridades Fiscais, a empresa teria supostamente cometido as seguintes infrações: (a) no ano de 2009, teria supostamente: (a.1) excluído indevidamente receita tributável proveniente de benefícios fiscais; (a.2) deduzido despesas não necessárias, relacionadas a principais de débitos tributários (IPI, PIS e COFINS) que transitaram pelos resultados de exercícios anteriores; (a.3) excluído valores indedutíveis, relacionados a principal de IRPJ e de CSLL; (a.4) excluído indevidamente valores referentes a principais contidos em adições temporárias e que haviam transitado pelos resultados de exercícios anteriores; e (a.5) deduzido despesas não dedutíveis, relacionadas a multa de ofício; (b) nos anos de 2010, 2011 e 2012, teria, supostamente: (b.1) compensado prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados; e (b.2) deixado de recolher importâncias de IRPJ e CSLL apuradas por estimativa mensal, o que resultou em multa aplicada isoladamente; e (c) no ano de 2013, teria, supostamente, compensado bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados. Em 06 de janeiro de 2015, a Companhia apresentou Impugnação contra os lançamentos em comento, rechaçando todas as infrações que lhe foram imputadas, de modo que, desde essa data (06 de janeiro de 2015), encontra-se aguardando o julgamento da referida Impugnação, que segundo assessores jurídicos da PBG S.A tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, resultando no cancelamento do Auto de Infração, isto posto, a Companhia entende que a chance de perda é remota, e optou por não registrar o montante de R\$ 73.000 como passivos potenciais. Dito processo administrativo encontra-se na delegacia de julgamento na Delegacia da Receita Federal do Brasil para julgamento da impugnação.

Em 07 de março de 2016 a Companhia foi cientificada da lavratura dos Autos de Infração ref. os processos administrativos fiscais nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91 que constituíram créditos tributários referentes compensações indevidas de IRPJ e CSLL. Contudo, a Companhia defendeu que esta discussão já está em curso no processo 10983-721.445/2014-78. Foi solicitado o cancelamento lançamento fiscal impugnado no montante de R\$ 19.000, devido a duplicidade por parte do fisco. Em decisão de primeira instância, as impugnações apresentadas foram procedentes, para reconhecer a duplicidade do lançamento e, por consequência, determinar a extinção do crédito tributário. Atualmente, os processos administrativos fiscais nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91 foram remetidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – Carf, para julgamento do recurso de ofício.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

28 Benefícios a empregados

28.1 Plano de previdência privada

Companhia e suas controladas, desde 1997, patrocinam plano de benefícios previdenciários intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil, e conta com 3.075 participantes ativos e 21 aposentados e pensionistas. O plano tem a característica de contribuição definida na fase de acumulação dos recursos. Na fase de concessão dos benefícios, o plano apresenta a característica de benefício definido, garantindo benefícios de aposentadoria e pensão vitaliciamente aos seus participantes. Além disso, oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade, custeado exclusivamente pelas patrocinadoras.

Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
Valor justo dos ativos do plano			Obrigação de benefício definido		
Em 31 de dezembro de 2018	72.279	67.600	Em 31 de dezembro de 2018	62.604	61.842
Benefícios pagos no ano	(1.419)	(1.662)	Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1.365	1.140
Contribuições participante vertidas no ano	1.059	1.257	Juros sobre obrigação atuarial	6.082	5.962
Contribuições patrocinadora vertidas no ano	1.387	799	Benefícios pagos no ano	(1.419)	(1.662)
Rendimentos esperados dos ativos no ano	7.022	6.518	Obrigações - (ganho) ou perda	6.349	(4.678)
Ativos - ganho ou (perda)	992	(2.233)			
Em 31 de dezembro de 2019	81.320	72.279	Em 31 de dezembro de 2019	74.981	62.604

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios e da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Valor justo dos ativos do plano	81.320	72.279	Ganho (perda) nas obrigações atuariais	6.780	(4.678)
Valor presente das obrigações financiadas	(74.982)	(62.604)	Ganho (perda) nos ativos do plano	(992)	2.233
Ativo (passivo) atuarial líquido	6.338	9.675	Ganho (perda) atuarial	5.788	(2.445)

Os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”, referente resultado da gestão dos ativos são:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Custo do serviço corrente (com juros)	(1.365)	(1.140)
Juros sobre as obrigações atuariais	(6.082)	(5.962)
Rendimentos esperados dos ativos do plano	7.022	6.518
Contribuições de participantes no ano	1.257	1.257
Ganho (perda) atuarial	832	673

A Companhia também reconheceu em 31 de dezembro de 2019 uma receita de R\$ 832 (R\$ 673 em 31 de dezembro de 2018), referente os pagamentos efetuados pela patrocinadora no exercício, com efeito de ativo para fins do plano de benefícios aos empregados (vide nota explicativa 38).

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Econômicas e financeiras	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Taxa anual de juros	6,60 % a.a. nominal (inflação+ 4,99%a.a. real)	9,71% a.a. nominal (inflação+ 4,99%a.a. real)
Rendimentos de longo prazo dos ativos	6,60 % a.a. nominal (inflação+ 4,99%a.a. real)	9,64% a.a. nominal (inflação+ 4,99%a.a. real)
Inflação de longo prazo		
Projeção de crescimento salarial	3,50% a.a. (inflação+0,62% a.a. real)	4,50% a.a. (inflação+0,62% a.a. real)
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	0,98	0,98
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98	0,98
Biométrica e demográficas		
Hipótese sobre rotatividade	13,20%	13,22%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	EXP. IAPC	EXP. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Composição familiar antes da aposentadoria	Não se aplica	Não se aplica
Composição familiar após a aposentadoria	Família real	Família real

29 Incentivo de longo prazo

Em 2012, a Companhia implementou o programa incentivo de longo prazo (ILP). O programa visa atrair, reter e reconhecer o desempenho de profissionais chaves.

São elegíveis ao ILP diretores, superintendentes e gerentes, que através de um contrato de adesão tornam-se participantes do programa. Cada integrante detém uma quantidade de títulos que são chamados figurativamente de “ações referência”. Estas não são negociadas em mercado de balcão e sua “valorização” é calculada anualmente pelo desempenho do Ebitda e da relação entre Ebitda e dívida líquida.

O pagamento é previsto em três parcelas anuais com diferimento de dois anos no início do período. A liquidação será feita através de valores monetários em quantia proporcional aos ganhos apurados pelas métricas do plano.

O primeiro grupo de participantes aderiu no exercício de 2012. Como o plano não tem mais expectativa de realização, a companhia baixou este valor para o resultado, sendo o valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2019 de zero na controladora e no consolidado (R\$ 162 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2018).

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

30 Patrimônio líquido

30.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta um capital social e integralizado no valor total de R\$ 200.000 (R\$ 140.000 em 31 de dezembro de 2018), representado por 158.488.517 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2019 havia 74.131.291 ações em circulação, o equivalente a 46% do total de ações emitidas (73.786.991 em 31 de dezembro de 2018, equivalente a 46 %do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

30.2 Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta por três reservas, a reserva legal, a reserva de retenção de lucros e reserva de lucros a destinar, conforme a seguir:

A reserva legal é constituída anualmente através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital social. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da reserva legal soma o montante de R\$ 25.140 (R\$ 25.140 em 31 de dezembro de 2018) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

O montante de R\$ 150.820 refere-se a reserva de retenção de lucros, embasada no projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária em 02 de abril de 2019, conforme orçamento de capital, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

A reserva de lucros a destinar tem como objetivo demonstrar a parcela de lucros cuja destinação será deliberada e destinada na Assembleia Geral Ordinária realizará no dia 26 de abril de 2020.

Neste trimestre, na Companhia foi reclassificado a Reserva de Lucros a destinar para a rubrica Reserva para Incentivos Fiscais referente aos anos de 2016 a 2017 no valor de R\$ 36.969, em 2018 no valor de R\$ 10.977 e R\$ 10.760 do ano de 2019 que referem-se as subvenções governamentais de incentivos fiscais de ICMS referente ao Prodesin (Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas) e ao Tratamento tributário Diferenciado de Santa Catarina (TTD). A parcela correspondente ao PRODESIN R\$ 35.233, foi excluída das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL neste exercício, gerando um resultado de IRPJ e CSLL diferidos de R\$ 11.979 .

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

30.3 Ajustes de avaliação patrimonial

	Ajustes de avaliação patrimonial			
	Custo atribuído	Ajustes acumulados de conversão	Outros resultados abrangentes	Total
Controladora e Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2018	34.690	(40.462)	(8.080)	(13.852)
Realização da reserva de reavaliação	(1.184)	-	-	(1.184)
Ganho (perda) atuarial	-	-	(5.778)	(5.778)
Variação cambial de controlada localizada no exterior	-	(1.410)	-	(1.410)
Em 31 de dezembro de 2019	33.506	(41.872)	(13.858)	(22.224)

a) Custo atribuído

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição. Foi constituído em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas por laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente. Está sendo realizado conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados. O mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

b) Ajustes acumulados de conversão

A variação dos ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) oriunda da oscilação do câmbio, bem como as variações entre as taxas diárias e a taxa de fechamento das movimentações do resultado da controlada sediada no exterior estão reconhecidas nesta rubrica de ajustes acumulados de conversão. Em dezembro de 2019 o montante foi de R\$ 1.409, conforme nota explicativa nº 17a).

31 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Receita bruta de vendas	1.265.482	1.208.414	1.415.598	1.321.346
Deduções da receita bruta	(279.423)	(254.343)	(301.329)	(267.156)
Impostos sobre vendas	(229.501)	(216.108)	(247.702)	(228.921)
Devoluções	(49.922)	(38.235)	(53.627)	(38.235)
Receita líquida de vendas	986.059	954.071	1.114.269	1.054.190
Mercado interno	797.651	776.709	939.218	868.678
Mercado externo	188.408	177.362	175.051	185.512

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A natureza operacional da companhia, a receita líquida é demonstrada da seguinte estrutura:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Receita líquida	986.058	954.071	1.114.269	1.054.190
Venda	961.424	919.660	997.333	939.165
Revenda	24.634	34.411	50.679	52.421
Royalties	-	-	66.257	62.604

32 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Custo e despesas				
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(739.751)	(645.055)	(751.650)	(648.590)
Com Vendas	(219.832)	(231.055)	(306.437)	(285.619)
Gerais e Administrativas	(39.308)	(38.673)	(40.873)	(45.458)
	(998.891)	(914.783)	(1.098.960)	(979.667)
Abertura das despesas por natureza				
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	453.478	378.733	444.038	368.963
Salários, encargos e benefícios a empregados	245.959	230.150	285.242	259.168
Mão de obra e serviços de terceiros	56.125	70.157	59.796	72.292
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	48.580	46.361	49.207	46.591
Custo das mercadorias revendidas	31.335	38.145	46.392	48.257
Amortização e depreciação	43.769	38.908	53.775	43.609
Outras despesas comerciais	21.066	29.188	45.659	42.955
Comissões sobre vendas	31.696	29.139	34.844	32.293
Despesas com marketing e publicidade	29.430	31.664	38.086	37.434
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	16.844	17.243	16.844	17.243
Despesas com aluguéis	13.347	12.441	17.269	17.831
Outras despesas administrativas	6.496	7.114	7.042	7.491
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração (a)	766	(14.460)	766	(14.460)
Total	998.891	914.783	1.098.960	979.667

(a) A variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração é a diferença entre o custo do produto produzido e o custo do produto vendido, podendo ficar com saldo negativo pelas baixas de CPV referente produtos que foram produzidos em períodos anteriores que contemplavam a conta de estoque.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

33 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços	779	494	779	516
Venda Imobilizado	21	175	21	175
Créditos tributários extemporâneos (f)	12.805	867	12.805	867
Atualização atuarial (NE 28.1)	2.020	1.472	2.020	1.472
Ativo judicial Polo Ativo (a)	-	207.938	-	207.938
Expurgo do ICMS sobre PIS e COFINS (2003-2009) (e)	50.227	-	50.227	-
Reversão provisão para contingência PIS e COFINS (b)	5.922	-	5.922	-
Reversão dos Honorarios advocaticios (c)	1.155	-	1.155	-
Outras receitas	366	-	366	228
Total	73.295	210.946	73.295	211.196
Outras despesas operacionais				
Provisões cíveis, trabalhistas, previd e tributárias	(3.085)	(38.822)	(3.085)	(38.825)
Provisão para incentivo de longo prazo	-	1.773	-	1.773
Provisão para participação no resultado (d)	(636)	(487)	(636)	(750)
Lei 13.496 (PERT)	-	3.193	-	3.193
Custo de ociosidade	(336)	(2.141)	(336)	(2.141)
Tributos sobre outras receitas	(233)	(257)	(233)	(263)
Outras despesas	(10.381)	(2.942)	(9.243)	(4.302)
Total	(14.671)	(39.683)	(13.533)	(41.315)
Total líquido	58.624	171.263	59.762	169.881

(a) Reconhecimento do ativo judicial Polo Ativo

(b) Reversão provisão do PIS e COFINS ref. ao processo crédito prêmio IPI - Polo Ativo

(c) Reversão dos honorarios advocaticios ref. ao processo crédito prêmio IPI - Polo Ativo

(d) Reconhecimento de provisão de participação dos funcionários a ser pago após o final do exercício.

(e) Reconhecimento do credito do Expurgo do ICMS sobre PIS e COFINS (2003-2009)

(f) Recuperação de tributos de ICMS

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

34 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Receitas financeiras				
Juros	7.030	4.580	7.533	5.052
Atualização de ativos	7.322	4.171	7.322	4.171
Resultado de operação de Swap (a)	388	1.836	388	1.836
Outros	29	6	132	159
Total	14.769	10.593	15.375	11.218
Despesas financeiras				
Juros	(28.273)	(22.533)	(30.126)	(22.723)
Encargos financeiros com tributos	-	(5.879)	-	(5.913)
Atualização de provisões para contingências	(5.588)	(3.692)	(5.588)	(3.692)
Comissões e taxas de serviços	(7.709)	(4.039)	(8.817)	(4.865)
Despesas bancárias / Desagio (b)	(15.527)	(458)	(15.532)	(463)
Resultado de operação de Swap (a)	-	(2.600)	-	(2.600)
Juros sobre debêntures	(26.525)	(25.544)	(26.525)	(25.544)
Outros	(4.640)	(2.190)	(4.983)	(2.734)
Total	(88.262)	(66.935)	(91.571)	(68.534)
Variação cambial líquida				
Cientes e fornecedores	3.415	14.620	3.401	14.620
Empréstimos e financiamentos	(2.317)	(5.395)	(2.317)	(5.395)
Total	1.098	9.225	1.084	9.225
Total líquido	(72.395)	(47.117)	(75.112)	(48.091)

(a) Nota explicativa nº 7

(b) Desagio referente a operação da venda do ativo tributário - Polo Ativo

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

35 Resultado por ação

a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	13.128	134.282
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	158.489	158.489
Lucro (Prejuízo) básico por ação	0,08283	0,84726

O lucro (prejuízo) consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores, nas controladas.

b) Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é igual ao básico, uma vez que as ações ordinárias da Companhia não possuem fatores diluidores.

36 Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019, que representam 25% do lucro da Companhia menos a Reserva Legal e a Reserva de Incentivos Fiscais constituídas neste ano, somam R\$ 428 mil. Será levada a proposta de dividendos adicionais no montante de R\$ 5.808 Mil. Após Assembleia Geral Ordinária será deliberada a data de pagamento.

	31 de dezembro de 2019
Dividendos 2019	
Lucro Líquido do Exercício	13.128
Constituição da Reserva legal (5%)	(656)
Constituição da Reserva de Incentivos fiscais	(10.761)
Lucro líquido ajustado para fins de dividendos	1.711
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido)	428
Dividendos adicionais 2019	5.808
Total dos dividendos anuais	6.235

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

37 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva são as seguintes:

	Em 31 de dezembro de 2019			Em 31 de dezembro de 2018		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	939.218	175.051	1.114.269	868.678	185.512	1.054.190
Custo dos produtos vendidos	(623.981)	(127.669)	(751.650)	(527.894)	(120.696)	(648.590)
Lucro operacional bruto	315.237	47.382	362.619	340.784	64.816	405.600
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(232.991)	(54.557)	(287.548)	(123.022)	(38.174)	(161.196)
Vendas, gerais e administrativas	(292.753)	(54.557)	(347.310)	(292.903)	(38.174)	(331.077)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	59.762	-	59.762	169.881	-	169.881
Resultado operacional antes do resultado financeiro	82.246	(7.175)	75.071	217.762	26.642	244.404
% sobre a ROL	9%	-4%	7%	25%	14%	23%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda. A Companhia exportou no ano de 2019 para 78 países.

38 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente ao Imobilizado em 31 de dezembro de 2019, somam o montante de R\$ 35.062 correspondentes a modernização dos equipamentos fabris, de acordo com o plano de investimentos da Companhia.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

39 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros em 31 de dezembro de 2019 é considerada suficiente para cobrir possíveis sinistros e pode ser resumida da seguinte forma:

Seguradora	Apólice	Limite Máximo Indenizável	Vencimento
Mitsui Seguros	Seguro Patrimonial	348.800	13/06/2020
General Brasil Seguros S.A.	Responsabilidade Civil Administradores (D&O)	10.000	27/08/2020
Travelers	Responsabilidade Civil Geral	6.520	01/04/2020
Allianz Seguros S.A.	Transporte internacional - Importação Portobello	1.000	31/12/2020
Argo	Transporte internacional - Importação Pointer	1.000	11/09/2020
Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A.	Seguro de vida em grupo e assistência funeral	380.754	01/03/2020
Tokio Marine Seguros	Frota de automóveis	79 (veículos)	15/11/2020
Junto Seguros	Garantia ENGIE	5.483	31/12/2020
AXA Seguros	Seguro Patrimonial - Lojas Próprias PBTech	35.537	25/04/2020
Seguradora Berkley Internacional do Brasil Seguros S.A.	Garantia na modalidade judicial	1.407	24/04/2023
		850	13/03/2021
		3.899	26/04/2024
Chubb Seguros S.A.	Garantia na modalidade judicial	44.493	22/08/2021
Pottencial	Demanda Fiança Locatícia PBG S.A.	1.941	04/12/2023
Fairfax	15ª Vara do Trabalho de Salvador - BA	28.000	18/08/2020
Junto Seguros S.A.	Garantia na modalidade judicial	314	10/05/2022
		1.534	13/05/2024
		10.603	10/05/2022

40 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

		Controladora	
Natureza - Saldos Patrimoniais	Empresa	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Controladas			
Dividendos a receber	Portobello Shop S.A.	37.237	28.377
Valores a receber	Portobello Shop S.A.	592	3
Contas a receber	Portobello América, Inc.	95.422	84.255
Contas a pagar líquido de adiantamentos	PBTech Com. Sern. Cer. Ltda.	9.534	481
Contas a receber líquido de adiantamentos	Cia Brasileira de Cerâmica	194	752
Ativos líquidos dos passivos com controladas		142.979	113.868
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Créditos pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	100.936	97.941
Dívida com pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	(22.803)	(62.008)
Contas a receber líquido de adiantamentos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	232	-
Contas a receber líquido de adiantamentos	Flooring Renest. Cer. Ltda.	6	-
Contas a pagar	Multilog Sul Armazéns S/A	(1.597)	(958)
Contas a pagar	Flooring Revest. Cer. Ltda.	(3.416)	(307)
Contas a pagar	Neoway	(2)	(122)
Ativos líquidos dos passivos com outras pessoas ligadas		73.356	34.546

		Acumulado	
Natureza - Resultado	Empresa	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Receitas			
Controladas			
Venda de produtos	PBTech Com. Sern. Cer. Ltda.	44.126	34.144
Venda de produtos	Cia Brasileira de Cerâmica	592	6.522
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Venda de produtos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	36.235	30.448
Venda de produtos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	13.192	11.152
Despesas			
Controladas			
Compra insumos	Mineração Portobello Ltda.	(986)	(2.447)
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Aluguel	Gomes Part Societárias Ltda.	-	(469)
Serviços de frete	Multilog Sul Armazéns S/A	(1.944)	(6.042)
Serviço de cortes	Flooring Revest. Cer. Ltda.	(11.454)	(9.119)
Serviço Software	Neoway Tecnologia	(189)	(239)
		79.572	63.950

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A controlada Portobello Shop é avalista da Companhia em alguns financiamentos.

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de duas partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

Transações com controladas e empresas ligadas	Natureza	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	Natureza	Acumulado	
					31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
	Patrimonial			Resultado		
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber líquido de adiantamentos	690	938	Royalties	7.561	6.282
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber líquido de adiantamentos	351	393	Royalties	3.216	2.830
		1.041	1.331		10.777	9.112

Remuneração da pessoal chave da administração

As despesas de remuneração pagas à pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Remuneração fixa				
Salários	11.826	13.961	13.665	15.875
Honorários	5.989	4.794	5.989	4.859
Remuneração variável	1.591	1.652	1.853	1.891
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo	-	-	-	6
Plano de previdência	894	930	964	996
Outros	2.036	2.009	2.272	2.173
Benefícios por desligamento	279	-	279	-
	22.615	23.346	25.022	25.800

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

41 Eventos subsequentes

As recentes notícias avanço do Corona vírus ("COVID-19") está afetando a economia global. No Brasil, já são sentidos alguns impactos como a desvalorização do câmbio e no curto prazo irá provocar desaceleração do PIB.

Para mitigar os impactos em seus negócios, a Companhia está elaborando um plano de contingência e monitorando seus canais de distribuição e sua cadeia de suprimentos, para garantir o abastecimento da produção, e consequentemente a continuidade de suas operações.

Neste momento, não há previsão de relevantes impactos nas operações que possam afetar as receitas do primeiro trimestre de 2020. Na data dessas demonstrações contábeis não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e consequentemente resultar eventuais perdas nos negócios da Companhia e suas controladas.

Entretanto, a administração agirá com cautela em suas ações até que se possa mensurar os impactos futuros no setor e nos seus diversos negócios e irá empenhar os melhores esforços para prover informações que espelhem a realidade econômica.